



Capítulo 7

Criar, executar e avaliar as estratégias de industrialização africanas

Este capítulo analisa as estratégias nacionais de industrialização existentes em África. Começa por olhar para a criação das estratégias de industrialização do continente, o papel das políticas industriais e até que ponto estas apoiam o empreendedorismo. Em seguida, discute a implementação através da coordenação do trabalho dos governos nacionais e subnacionais e da melhoria das capacidades do governo. Por último, este capítulo examina a necessidade de monitorização das políticas e de avaliação do impacto para o êxito das estratégias de industrialização.

Os países africanos estão a fazendo esforços consideráveis para desenvolver uma visão para a industrialização. Atualmente, cerca de metade dos países africanos dispõem de uma estratégia de industrialização, muitas das quais destinadas a melhorar o empreendedorismo. Mas poucas se referem realmente ao papel das empresas com elevado potencial de crescimento, sobretudo pequenas e médias empresas jovens. As estratégias têm de visar mais eficazmente tais empresas, que são importantes para a industrialização. Aquando da conceção de estratégias, os governos devem considerar certas políticas industriais e aprender com as experiências do passado.

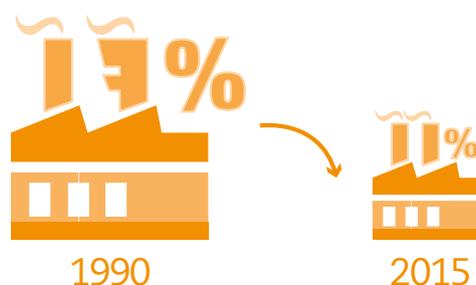
A implementação de estratégias de industrialização ainda constitui um desafio para muitos países. Estratégias bem sucedidas exigem uma forte liderança política e o empenho total de todos os níveis de governo. A participação dos governos subnacionais pode ajudar a criar políticas que melhor se adaptem às necessidades locais das empresas, desde que os governos tenham as capacidades necessárias e possam assegurar transparência. A coordenação entre organismos governamentais e a participação do setor privado no processo de decisão política pode ajudar a implementar as estratégias de industrialização de forma mais eficaz.

Por último, a monitorização das políticas e a avaliação de impacto são cruciais para tornar as estratégias de industrialização mais eficientes. Este tipo de avaliação pode servir para recompensar as instituições com bom desempenho e para rever políticas, mas são necessários dados fiáveis.

Sabia que...?

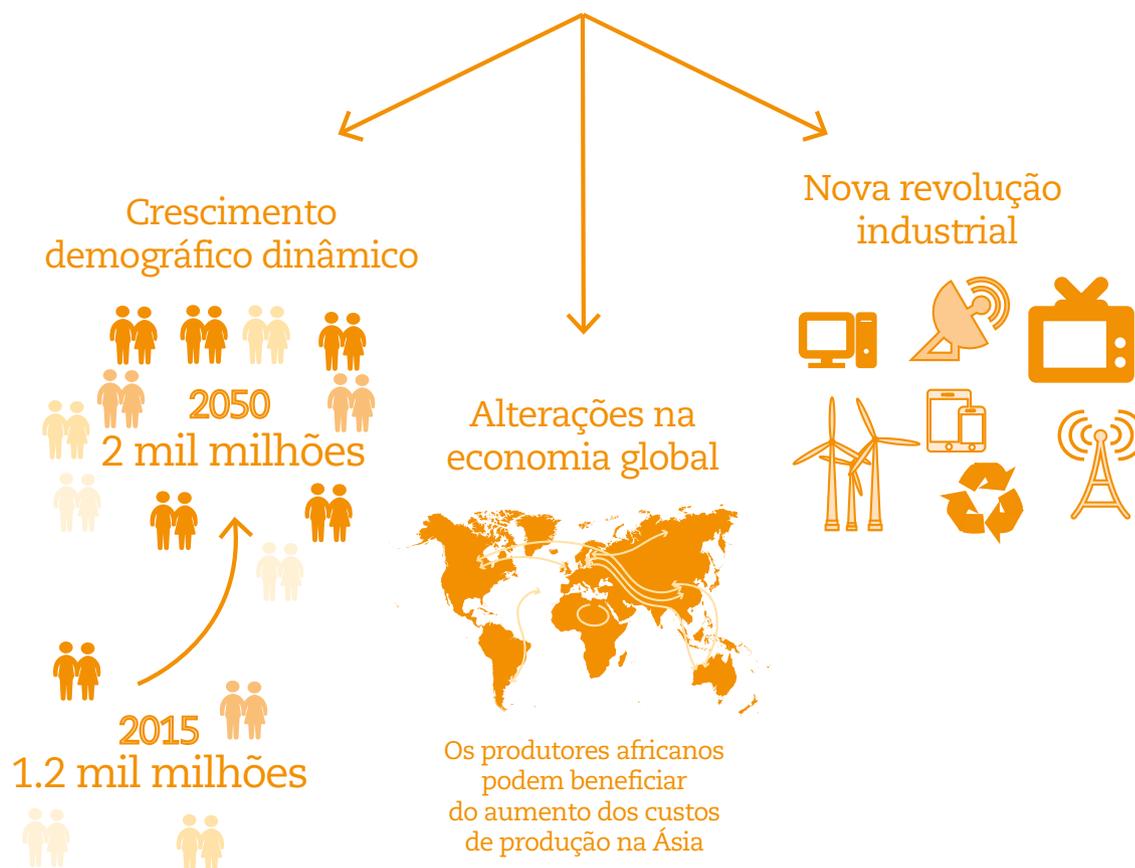
- 26 países africanos têm uma estratégia nacional relativa ao desenvolvimento industrial, e 19 dentre estes visam a indústria ligeira.
- A morte prematura devido à poluição atmosférica custou a África um terço do seu PIB, embora o continente ainda não esteja industrializado.
- O Botswana, o Gana, as Maurícias e a África do Sul classificam-se melhor quanto à sua capacidade de implementar políticas industriais do que alguns concorrentes asiáticos.
- Na Etiópia, as agências federais e regionais trabalham em conjunto com os municípios para oferecer formação em gestão e facilitar o financiamento das PME.

Apesar do impressionante crescimento económico, a proporção da indústria transformadora no PIB africano decresceu



Um novo olhar sobre a industrialização em África

Olhando para o futuro, novas oportunidades se apresentam para a industrialização africana



Os governos podem conceber estratégias de industrialização para promover o empreendedorismo

Como podem os países africanos pôr as suas ideias de industrialização em prática? O principal pré-requisito para a adoção de estratégias de industrialização é uma forte liderança política. A implementação de estratégias também exige muitos atributos que alguns países ainda não desenvolveram: capacidades internas e instituições sólidas; políticas eficientes e coordenação entre órgãos; bem como monitorização e revisões regulares das políticas. Os governos podem, no entanto, aprender fazendo.

A industrialização é imperativa para que África alcance o nível das regiões de rendimento elevado e exige ação estratégica. O Capítulo 6 revelou que as estratégias de industrialização inovadoras apresentam três características principais: devem evitar os erros anteriores; tirar partido dos setores com elevado potencial de crescimento; e capacitar todos os agentes económicos, especialmente os empresários africanos motivados por oportunidades.

Uma estratégia de industrialização pretende transformar a sociedade. Trata-se de um bem público que exige apoio público. Essa conecta o processo de decisão política às ideias de um futuro no longo prazo partilhado pelos cidadãos. De forma a dar corpo a tais ideias, uma estratégia define prioridades de desenvolvimento, que servem para coordenar os objetivos políticos no médio prazo e avaliar a sua realização. Estas prioridades dependem do contexto e variam consoante os diferentes países africanos. Uma estratégia de industrialização direciona o pensamento e os investimentos de longo prazo num contexto de incerteza.

As estratégias proporcionam um quadro abrangente para a coordenação de políticas, definindo:

1. **Objetivos no longo prazo** para o desenvolvimento.
2. **Prioridades no médio prazo**, direcionando políticas e investimentos. Estas prioridades podem ser ajustadas com a evolução dos riscos. Concretizar as prioridades no médio prazo pode exigir reformas estruturais, incluindo reformas da governação em vários níveis.
3. **Metas no curto prazo** que permitam medir o desempenho, nomeadamente de cada instituição governamental. O desempenho pode ser recompensado e as políticas revistas em conformidade.

As estratégias de industrialização inovadoras devem ser participativas, multisectoriais e de base local. Os diversos níveis de governo podem desempenhar funções distintas na aplicação das políticas industriais. As estratégias participativas podem desenvolver o potencial dos agentes económicos africanos, incluindo os empresários, e garantir os direitos de propriedade da população. As estratégias não devem ser meros conjuntos de políticas sectoriais; ao invés devem fornecer um enquadramento abrangente para equilibrar as políticas sectoriais, as políticas macroeconómicas e as políticas de base local. As estratégias devem analisar ao pormenor as potencialidades dos diversos locais e regiões, incluindo nos níveis subnacionais e transfronteiras (BAD/OCDE/PNUD, 2015: 206; BAD/OCDE/PNUD, 2016: 236-237).

Muitos países africanos já conceberam estratégias de industrialização

Pelo menos 26 países africanos têm atualmente uma estratégia nacional para o desenvolvimento industrial, mas os seus objetivos variam largamente (Tabela 7.1). Muitos países almejam criar novas indústrias de mão-de-obra intensiva para gerar emprego. Outros procuram na política industrial um meio de aumentar a sua competitividade e capacidade

tecnológica. Algumas estratégias tentam gerar mais relações entre as indústrias já existentes, nomeadamente através da melhoria das relações a montante (isto é, das empresas aos fornecedores) no setor da exploração mineira e extração de recursos, ou por meio da melhoria das relações a jusante (isto é, dos produtores ou fornecedores aos clientes) em certos setores de comércio a retalho. Os países cuja economia é baseada em recursos naturais muitas vezes encaram o desenvolvimento industrial como um instrumento de diversificação das suas economias e exportações e de alargamento da base fiscal do governo. O comércio é uma componente importante, em que muitas estratégias pretendem aumentar as exportações para os mercados sub-regionais e internacionais.

Tabela 7.1. Estratégias nacionais de industrialização em África

País	Estratégia nacional	Calendário
África do Sul	Industrial Policy Action Plan	2014-17
Angola	Plano Nacional de Desenvolvimento, integrado na Estratégia 2025	2013-17
Argélia	New Economic Growth Model	2016-20
Botswana	Industrial Development Policy for Botswana	2014
Cabo Verde	Estratégia de crescimento e de redução da pobreza	2008-11
Camarões	Plan directeur d'industrialisation, integrado na Vision 2035	2010-35
Côte d'Ivoire	National Development Plan	2016-20
Egito	Industrial Development Strategy	2010-25
Etiópia	Industry Development Strategy	2002
Gabão	Stratégie Nationale d'Industrialisation, integrada no Plan Stratégique Gabon émergent 2025	2013
Gana	Ghana Industrial Policy	2020
Guiné Equatorial	Plan Ecuatoguineano de Industrialización 2020	2011-20
Malawi	National Industrial Policy	2016
Marrocos	Industrial Acceleration Plan 2014-2020	2014-20
Mauritânia	Stratégie pour le développement du secteur industriel en Mauritanie	2015-19
Moçambique	Plano nacional de desenvolvimento	2013-33
Namíbia	Industrial Policy Implementation and Strategic Framework	2012-30
Nigéria	Nigeria Industrial Revolution Plan	2014-19
Quênia	Kenya National Industrial Policy Framework	2010
Ruanda	Rwanda Industrial Master Plan	2009-20
Senegal	Accelerated Growth Strategy	2005
Tanzânia	Integrated Industrial Development Strategy	2011-25
Tunísia	National Industrial Strategy	2011-16
Uganda	Integrated Industrial Policy for Sustainable Industrial Development and Competitiveness	
Zâmbia	Industry Strategy for Engineering Products	2012-17
Zimbábwe	Industrial Development policy	2012-16

Fonte: Inquérito aos especialistas de 42 países do PEA 2017 e pesquisa documental.

A maioria das estratégias de industrialização africanas visam setores económicos específicos. Um inquérito e pesquisa documental realizados para este relatório mostram que é esse o caso de 24 das 26 estratégias mencionadas na Tabela 7.1:

- 19 estratégias identificaram a indústria ligeira como a área fulcral para o desenvolvimento, sobretudo a transformação agrícola, os produtos de madeira, o vestuário, os têxteis, o couro e o calçado.
- 16 estratégias abordam aspetos da sustentabilidade ambiental, tais como as energias renováveis e a conservação da água.
- 15 estratégias visam a agricultura, incluindo o gado, a silvicultura e os produtos da pesca.
- 13 estratégias relacionam-se com o turismo e os serviços de alta tecnologia.
- 11 focam-se nos setores da exploração mineira e extração de recursos, tais como o cobre, o petróleo e o gás.
- 8 dão prioridade à energia e 5 à construção.



Algumas estratégias de industrialização africanas privilegiam o desenvolvimento do setor privado, incluindo o empreendedorismo (ver Capítulo 6; BAD, 2016a). A Industry Development Strategy (Estratégia de desenvolvimento da indústria) da Etiópia identifica as pequenas e médias empresas (PME) como um setor importante para os empresários nacionais e para a criação de emprego. A estratégia consagra ao apoio às PME as agências regionais e federais que trabalham com os municípios. Consultando estreitamente o setor privado, estas agências oferecem formação em gestão e reforçam o financiamento das PME através de fontes como empresas de locação financeira e bens de capital. O Plano nacional de desenvolvimento de Moçambique também visa o incentivo ao setor privado no sentido de investir e desenvolver as PME.

As estratégias norteiam a coordenação das políticas industriais nas várias áreas

As políticas industriais são geralmente definidas como a “promoção ativa da mudança estrutural e novas atividades económicas de elevado potencial em todos os setores” (McMillan et al., 2016: 8). As estratégias nacionais de industrialização coordenam as políticas transversais a áreas como “o capital humano e as competências, infraestruturas, financiamento, comércio e ciência e tecnologia” (OCDE, 2013: 104). O seu sucesso depende do país em concreto, do seu estado de desenvolvimento e do contexto global (OCDE, 2013: 104; Lin e Monga, 2013: 20).

As políticas industriais podem corrigir as falhas do mercado e orientar as atividades económicas para atingir objetivos estratégicos de política. Os incentivos de mercado podem restringir os países a atividades menos sofisticadas, tais como a exportação de matérias-primas (OCDE, 2013). Acresce ainda que a assimetria de informações pode desencorajar o investimento em atividades económicas inovadoras, as quais, muitas vezes, são arriscadas. As políticas industriais podem promover a aprendizagem de novas práticas e de fracassos empresariais. Muitos projetos exigem investimentos simultâneos em grande escala para se tornarem viáveis, o que pode ultrapassar a dinâmica do mercado e a capacidade de coordenação de um único empresário (Rodrik, 2004).

As políticas industriais podem ajudar à diversificação da economia de um país e a melhorar suas capacidades industriais. As políticas que visam certos sectores podem favorecer nova atividade económica melhorando as relações entre indústrias. O Botswana, por exemplo, criou a Diamond Trading Company em 2006 para desenvolver relações entre a extração de diamantes e o fabrico de joias. Originou, assim, ligações a jusante e postos de trabalho adicionais, no corte e polimento de diamantes e no fabrico de joias. São precisamente as joias a maior exportação do país hoje em dia (ver nota de país de Botswana).

A promoção do investimento direto estrangeiro (IDE) é uma importante política de industrialização. Os governos podem usar o IDE para melhorar os conhecimentos dos empresários, fazer um upgrade às infraestruturas e desenvolver as empresas locais. Além disso, as políticas de IDE podem ajudar a canalizar o financiamento para projetos arriscados e de longo prazo que os regimes de financiamento baseados no mercado teriam relutância em apoiar. Podem ainda encorajar as empresas e as universidades a efetuar investigação.

Ao conceber políticas industriais, os governos devem considerar as suas principais características e aprender com o passado

A forma como os países concebem as suas políticas industriais é muito variável. Como se pode ver na Tabela 7.2, as políticas industriais podem englobar diferentes estruturas de governação, objetivos de desenvolvimento e prioridades económicas e podem combinar várias áreas políticas. Apesar de as prioridades divergirem de país a país, promover o acesso ao financiamento, o desenvolvimento de competências e clusters empresariais é fundamental para apoiar os empresários (ver Capítulo 8).

Tabela 7.2. Principais características das políticas industriais

Estruturas de governação	Centralizada: os governos subnacionais têm responsabilidades e poder decisório limitados (ex.: Côte d'Ivoire). Mista: os incentivos nacionais e regionais co-existem com as locais (ex.: Etiópia). Descentralizada: os governos subnacionais têm mais responsabilidades do que na governação centralizada e estão mais envolvidos no processo decisório (ex.: Ruanda).
Objetivos de desenvolvimento	Crescimento Criação de postos de trabalho Competitividade internacional Inclusão espacial e competitividade territorial Coesão social Desenvolvimento sustentável
Prioridades económicas	Diversificação (isto é, entrada em novos setores e tipos de especialização e upgrade dos existentes) Um sistema de produção denso (isto é, aumento do empreendedorismo e das relações a montante a jusante)
Combinação de políticas	Incentivos diretos e indiretos para as empresas Macroeconomia (isto é, gestão das taxa de câmbio e de juros) Comércio e IDE Concorrência Desenvolvimento de competências Construção e melhoria de infraestruturas Financiamento (isto é, bancos de desenvolvimento) Ciência e tecnologia

Fonte: Adaptado de OCDE (2013: 109).

As lições aprendidas com os êxitos e fracassos das anteriores políticas industriais mostram que os governos, aquando da conceção de políticas, devem evitar o seguinte: (OCDE, 2013: 107):

- **Subvenções indiscriminadas.** A concessão de subvenções sem condições claras aumenta o risco de má seleção dos beneficiários e de desenvolver desenvolvimento de comportamentos de dependência deste tipo de auxílio entre as empresas.
- **Apoio infundável.** Subvenções sem cláusulas de caducidade diminuem o incentivo de aumento da produtividade para as empresas.
- **“Catedrais no deserto”.** As fábricas e os laboratórios de investigação estabelecidos em locais remotos são menos produtivos não havendo simultaneamente a criação de ligações a montante e a jusante.
- **Evitar a concorrência.** Se as novas atividades económicas e as indústrias não forem gradualmente exposta à concorrência interna e externa, permanecerão menos produtivas.
- **Ficar sob o jugo de empresas já estabelecidas.** As consultas do setor privado não devem apenas incluir as empresas já existentes, mas também as novas, para evitar que as políticas fiquem sob o jugo de empresas mais antigas que poderão ignorar os interesses das novas.
- **Massa crítica para investimentos diminuta.** Se o investimento governamental for reduzido, não conseguirá “angariar” fundos do setor privado.
- **Horizontes de curto prazo e orçamentos anuais.** Para ser eficiente, a promoção da ciência e a inovação requer orçamentos no médio prazo, em vez de orçamentos anuais, visto que aqueles possuem um horizonte temporal mais alargado.
- **Falta de mecanismos de acompanhamento e avaliação.** O acompanhamento e a avaliação regulares das políticas industriais torna-as mais eficazes e permite melhorias por tentativa e erro.

As políticas industriais devem respeitar o ambiente. Embora o continente ainda não se tenha industrializado, em 2013 a poluição atmosférica já custou a África 447 mil milhões de USD, um terço do seu PIB (Roy, 2016). Além disso, também provoca morte prematura. Os



governos devem evitar a subvenção de combustíveis fósseis e de outros setores poluentes, de forma a salvar vidas e reduzir custos económicos. Soluções energéticas com baixas emissões de carbono, tais como a energia eólica, solar e hidroelétrica, bem como sistemas isolados (*off-grid*) e de mini geração (*mini-grid*), podem ajudar os países a expandir a sua capacidade de gerar eletricidade (Brahmbhatt, Haddaoui e Page, no prelo). Investir em tecnologias com baixas emissões de carbono permitiria aos países africanos evitar custos consideráveis suportados pelos países da OCDE, incluindo custos de readaptação e danos à saúde das pessoas, à economia e ao ambiente. As políticas devem também ajudar ao desenvolvimento de parques industriais e zonas económicas especiais (ver também Capítulo 8) sem agravar o seu impacto ambiental. Os governos devem adotar políticas “verdes” visando áreas específicas de desenvolvimento industrial em parques, tais como transportes e logística, eficiência energética, bem como água e saneamento.

Os países podem reduzir o impacto ambiental da industrialização adotando tecnologias limpas, energias renováveis e uma gestão de resíduos adequada. Por exemplo, em julho de 2000, o governo do Quênia e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial criou o National Cleaner Production Centre (KNCPC). As suas atividades incluem formação, implementação de projetos e consultoria política destinados a aumentar a produtividade da empresa e garantir boa gestão ambiental. Até ao momento, o centro fez a auditoria de 90 empresas em eficiência de recursos e produção mais limpa, abrangendo mais de 20 setores industriais e ajudando-os a reduzir os poluentes e o consumo de energia e água numa média de 20% (KNCPC, 2017).

Caixa 7.1. Experiências recentes na política industrial: Marrocos e África do Sul

Os países africanos estão a adotar pacotes de políticas diferentes consoante as suas necessidades específicas. Em **Marrocos**, o Industrial Acceleration Plan 2014-2020 (PAI) pretende aumentar a contribuição da indústria para 23% do PIB até 2020 e criar 500 000 novos postos de trabalho. Tem por base os pontos fortes de setores como a indústria automóvel e aeronáutica, que, anteriormente, eram prioridades no âmbito do National Pact for Industrial Emergence 2009-2015.

O PAI emprega uma série de ferramentas para fomentar o crescimento e a competitividade, especialmente o tremendo desenvolvimento de infraestruturas em clusters industriais. O PAI criou um fundo de 2.2 mil milhões de USD para identificar e colmatar o défice de financiamento no desenvolvimento industrial. O governo também atrai IDE para as indústrias de apoio de modo a reduzir gradualmente a dependência de mercadorias importadas que a indústria transformadora manifesta e para adquirir os conhecimentos e a experiência que as empresas nacionais precisam (El Mokri, 2016). Simultaneamente, o PAI oferece apoio direcionado a empresas nacionais, para que cresçam e façam a transição do setor informal para o setor formal.

Na **África do Sul**, os Industrial Policy Action Plans (IPAP) servem para diversificar a economia além do setor mineiro. Dão prioridade a setores de valor acrescentado médio a elevado e de mão-de-obra intensiva, como a transformação agrícola, os veículos, os têxteis e a energia ecológica. Além de promover o comércio e atrair IDE, os IPAP fornecem incentivos e coordenam ações de reforço das competências e capacidades industriais e científicas (Zalk, 2012). Estas políticas apresentam uma cooperação reforçada e discussão entre os ministérios governamentais, o banco nacional de desenvolvimento, as partes interessadas do setor privado, a sociedade civil e as universidades (Baloy, 2012).

Fonte: OCDE (2013); Oxford Business Group (2015); El Mokri (2016); OCDE (no prelo).

Existe ainda um desnível significativo entre empreendedorismo e estratégias de industrialização

Muitos países africanos têm estratégias para o empreendedorismo, porém, estas incidem mais na luta contra a pobreza e na criação de postos de trabalho e não tanto na industrialização (Tabela 7.3). De acordo com um inquérito a 42 países africanos e com a investigação realizada para este relatório, as estratégias nacionais de empreendedorismo muitas vezes almejam a redução da pobreza pela estabilização dos rendimentos das microempresas sobreviventes.¹ Elas raramente têm como objetivo o aumento do emprego assalariado e da produtividade necessária para a industrialização. A maioria das estratégias que visam micro, pequenas e médias empresas conseguiram promover o emprego independente, em vez de aumentar o emprego assalariado (Grimm e Paffhausena, 2015). Muitos programas de empreendedorismo em África revelam potencial limitado para o aumento das oportunidades de emprego (Anexo 7.A1; BAD, 2016b).

Tabela 7.3. Estratégias e iniciativas para promover o empreendedorismo nos países africanos

País	Estratégias e iniciativas
África do Sul	National Small Business Act, Small Enterprise Development Agency, Black Industrialists Policy 2015, Broad-Based Black Economic Empowerment, Youth Enterprise Development Strategy
Argélia	National Agency for Investment Development, National Agency for SME Development
Botswana	Citizen Entrepreneurial Development Agency, Entrepreneurship Development Policy for Botswana (desenvolvimento em curso)
Burkina Faso	National Strategy for the Promotion of Women's Entrepreneurship
Cabo Verde	Technology Innovation and Entrepreneurship Strategy 2011-2014
Camarões	Strategy for the Development of SMEs and the Social and Artisanal Economy
Egito	Technology innovation and entrepreneurship strategy 2011-2014, Social Fund for Development (para as micro e pequenas empresas), General Authority for Investment (para as pequenas e médias empresas)
Etiópia	Micro and Small Enterprises Development Strategy (2011), Ethiopian Entrepreneurs Development Centre
Gabão	Legal Framework of Support for Enterprises
Gana	Yes Initiative, Graduate Entrepreneurial Business Support Scheme, Youth Employment Agency
Malawi	Enabling Enterprise Growth in Malawi, Buy Malawi Strategy, Small and Medium Enterprise Development Institute
Marrocos	Law 114-13 on self-employment status 2015
Nigéria	National Policy on Micro, Small and Medium Enterprises
Quênia	Micro and Small Enterprises Act 2012, Fund for Inclusion of the Informal Sector 2011
Ruanda	Small and Medium Enterprises Development Policy
Senegal	Charter for the Small and Medium Enterprises
Tanzânia	Small and Medium Enterprise Development Policy
Tunísia	State Bank for SME Financing, Agency for the Promotion of Industry and Innovation (sem um mandato específico para as PME)
Uganda	Micro, Small and Medium Enterprise (MSME) Policy
Zâmbia	Micro, Small and Medium Enterprise Development Policy

Fonte: Adaptado do inquérito aos especialistas de 42 países do PEA e pesquisa documental.

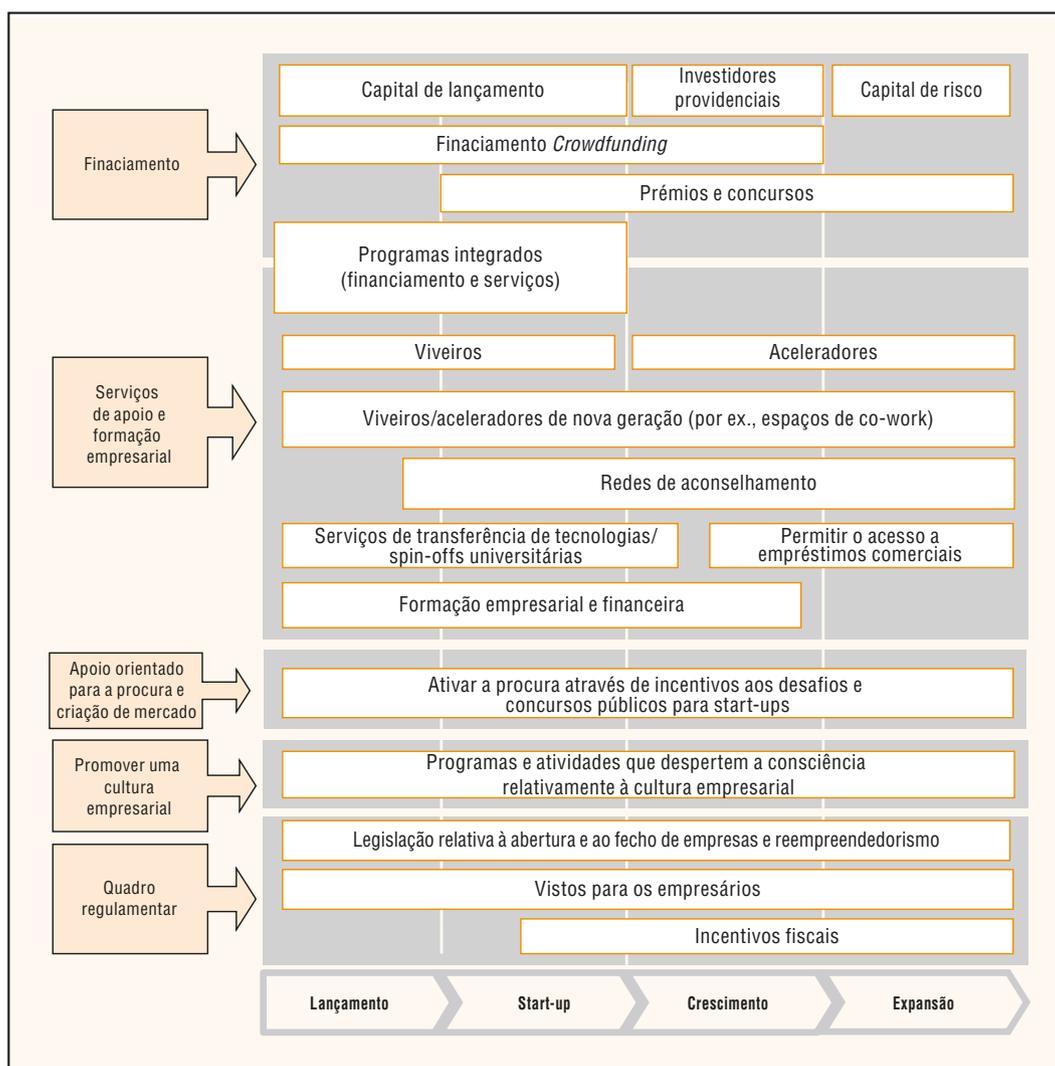
Vários governos africanos integraram eficazmente o desenvolvimento empresarial nas suas estratégias de industrialização. Um exemplo disso é o Industrial Acceleration Plan 2014-2020, de Marrocos (ver Caixa 7.1). Estabelece medidas especiais para apoiar o crescimento do empreendedorismo por meio de cinco pilares: criação do estatuto de emprego independente, segurança social, financiamento, fiscalidade e apoio direto aos empresários. O apoio direto inclui aconselhamento empresarial, aconselhamento personalizado, financiamento e digitalização.



Outro exemplo é o plano de desenvolvimento da Côte d'Ivoire para o setor das TIC. Esse promove a criação de novas empresas reduzindo os custos de arranque, investindo nas infraestruturas. Outro exemplo é o plano de desenvolvimento da Côte d'Ivoire para o setor das TIC. Esse promove a criação de novas empresas reduzindo os custos de arranque, investindo nas infraestruturas e melhorando o quadro jurídico. Esta iniciativa ajudou o país a subir para a 142ª posição da classificação *Doing Business 2017*, 35 posições à frente do lugar obtido em 2013 (Banco Mundial, 2016).

Embora não exista uma fórmula única para a promoção do empreendedorismo (BAD, 2013), por norma, quatro fases de desenvolvimento empresarial orientam políticas eficazes (Figura 7.1). Cada país deve desenvolver a sua própria combinação de políticas com base nos respetivos recursos, visão para o desenvolvimento, capacidade tecnológica e sistemas de produção. No entanto, todas as políticas devem seguir os estádios de desenvolvimento empresarial: do lançamento ao arranque (*start-up*), passando pelo crescimento e pela expansão.

Figura 7.1. Combinação de políticas para apoiar o empreendedorismo



Fonte: OCDE (2016a).

Ao longo dos estados de desenvolvimento empresarial, os governos podem empregar uma combinação de ferramentas políticas. As ferramentas servem diferentes áreas, tais como o financiamento, serviços e formação, procura, a cultura empresarial e o quadro regulamentar. A recente experiência de países latino-americanos mostra que a combinação de várias ferramentas políticas, tais como o financiamento e serviços de formação, torna os novos programas mais eficientes (OCDE, 2016a). Os governos também podem guiar as empresas para atividades mais ecológicas, adaptando o apoio aos empresários cujos planos ou operações empresariais satisfaçam determinados critérios (Brahmbhatt, Haddaoui e Page, no prelo).

A execução e a avaliação de estratégias de industrialização ainda constituem um desafio

Ao pôr em ação as suas estratégias de industrialização, os países africanos podem beneficiar de um vasto leque de experiências internacionais. A avaliação ao pormenor das atuais estratégias africanas ultrapassa o âmbito deste capítulo, no entanto, um inquérito a especialistas realizado para este relatório mostra que há ainda o que melhorar. De acordo com os especialistas inquiridos, apenas seis estratégias foram aplicadas de forma eficaz. Existe um extenso conjunto de documentação relativo à execução adequada de estratégias de industrialização.²

São vários os fatores essenciais para as estratégias de industrialização que promovem o empreendedorismo:

- Os altos dirigentes políticos devem empenhar-se plenamente na industrialização e reconhecer nos empresários agentes fundamentais da mesma.
- Os governos devem identificar i) os obstáculos que impedem as empresas de fazer o *upgrade*; e ii) as barreiras à entrada das empresas em indústrias de elevado crescimento (Stiglitz, Lin e Patel, 2013).
- Os governos devem trabalhar em estreita proximidade com o setor privado no planeamento, conceção, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas industriais. A criação de Small Business Acts (leis para as pequenas empresas) pode ajudar a estruturar as consultas das empresas privadas.³ Audições parlamentares também podem constituir uma plataforma para o intercâmbio.
- Os incentivos devem permitir que os decisores optem por certas políticas sem sucumbir à pressão política e aos interesses privados. Tal exige uma clara delegação de responsabilidades, a apresentação regular de relatórios de resultados e transparência ao longo de todo o processo.
- Deve assegurar-se a coordenação eficaz entre as agências, nomeadamente através da conceção de procedimentos administrativos simples.⁴
- Os decisores políticos devem estabelecer processos contínuos de reforço das capacidades e mecanismos de prestação de contas para aprender com as experiências anteriores (Greenwald e Stiglitz, 2013; Oqubay, 2015).

Além destes fatores, as estratégias de industrialização podem ser implementadas de modo mais eficaz i) envolvendo os governos subnacionais em determinadas políticas industriais; ii) suscitando políticas que se enquadrem nas capacidades dos governos, bem como; iii) acompanhando as políticas industriais e avaliando o seu impacto.

O envolvimento dos governos subnacionais torna as estratégias de industrialização mais eficientes

Os governos subnacionais podem ajudar à implementação das estratégias de industrialização, admitindo que possuam os recursos e as responsabilidades para tal e que a transparência seja assegurada. Os governos regionais e locais podem fornecer bens



públicos essenciais e serviços favoráveis às empresas, tais como o ensino e a formação profissionais (ver Capítulo 8). Eles também podem simplificar a burocracia e desenvolver regimes fiscais locais transparentes, além de criar clusters empresariais e promover ligações entre estes e outras áreas da economia local. Podem garantir a segurança de pessoas e bens e identificar necessidades de infraestruturas. Podem igualmente conceber políticas de base local para fazer face aos desafios de implementação com que os governos centrais se deparam.

Ao nível da execução do programa, as organizações intermediárias locais podem ajudar a adaptar as políticas ao contexto local e fazer uso dos recursos disponíveis, tais como conselheiros experientes, plataformas para troca de ideias e formação. Fixar vários serviços para os empresários num único espaço, por exemplo, pode melhorar a coordenação, o aconselhamento e a criação de ideias, reduzir os custos de administração e dar origem a uma melhor experiência para os utilizadores (OCDE, 2016b).

Existem vários exemplos positivos do envolvimento dos governos subnacionais em políticas industriais nacionais em África. As reformas ao nível nacional poderão ser mais eficazes se as autoridades locais tiverem mais autonomia, como sugere o caso da Etiópia. O país introduziu um imposto nacional de valor acrescentado em 2003; as empresas importadoras das cidades com maior autonomia beneficiaram mais desta reforma do que as das cidades com menor autonomia (Chaurey e Mukim, 2015). Na África do Sul, o município de eThekwinini agiu em nome do governo central para conseguir lidar mais diretamente com as empresas na criação do Durban Auto Cluster. O município facilitou a aproximação das empresas numa associação industrial e contribuiu com 50% do seu orçamento (Morris, Staritz e Barnes, 2011). O Ruanda deu início à descentralização bem sucedida do apoio às PME (Caixa 7.2).

Caixa 7.2. Business Development Fund do Ruanda

No Ruanda, a descentralização dos serviços empresariais ajuda à promoção das zonas rurais. O Business Development Fund (BDF) é uma sociedade anónima com 55% das ações detidas pelo governo e 45% detidas pelo Banco de Desenvolvimento do Ruanda. Estabelecido em 2011, o BDF é uma das principais instituições de implementação dos objetivos nacionais de empreendedorismo e desenvolvimento empresarial. Entre outras atividades, o BDF auxilia, aconselha e forma empresários na busca de novas ideias de negócios e apoia propostas empresariais financiáveis de micro, pequenas e médias empresas no acesso ao financiamento.

Após um ano de funcionamento e com base nos comentários dos cidadãos rurais, o BDF apercebeu-se de que o escritório na capital era incapaz de fornecer serviços em áreas rurais. O governo nacional decidiu descentralizar o fundo e abrir agências do BDF em todo o país. Atualmente, existem 30 Business Development Centres ao nível distrital. Estas agências trabalham em colaboração com os governos distritais que ajudam o BDF a atrair, prestar apoio administrativo e acompanhar os beneficiários.

Até à data, foram formados 827 consultores de desenvolvimento empresarial e alocados a diferentes distritos do país e mais de 17 000 empresários beneficiaram destes serviços de desenvolvimento empresarial. Há uma ampla variedade de serviços empresariais, da preparação e revisão de planos de negócios ao apoio técnico para a obtenção de capitais. Mais de 14 000 dos beneficiários receberam financiamento do BDF e de outras instituições financeiras. No geral, foram criados mais de 28 000 novos postos de trabalho.

Os governos subnacionais também podem liderar as experimentações e mudanças políticas. Na África do Sul, a cidade de Joanesburgo desenvolveu um *Youth Entrepreneurship Strategy and Policy Framework* em 2009. Esse planeia transformar a África do Sul no principal país empreendedor do mundo em desenvolvimento até 2025. O quadro político está alinhado com a prioridade que o governo central dá ao combate às elevadas taxas de desemprego juvenil. No Quênia, as autoridades municipais em Nairobi trabalharam com a UN-Habitat para desenvolver Youth Resources Centres de balcão único desde 2003. O seu principal objetivo é formar jovens em TIC, empreendedorismo, viveiros de empresas, literacia financeira e criação de emprego. Após o primeiro centro em Nairobi, foram estabelecidos mais cinco em Kigali (Ruanda), Mogadíscio (Somália), Dar-es-Salaam (Tanzânia), Arua e Campala (Uganda).

Os governos subnacionais poderiam envolver-se mais nas políticas industriais africanas. O inquérito aos especialistas realizado para este relatório mostra que, entre os 26 países com estratégias nacionais de empreendedorismo, apenas 3 lidam de maneira efetiva com os governos locais. Outros 18 países envolvem os governos locais nestas estratégias, mas de forma mais limitada e ineficaz.

A fraca responsabilização e a capacidade dos governos locais estão entre os principais obstáculos a uma maior descentralização. Os níveis inferiores de governo têm geralmente menos capacidade do que os governos centrais; além disso, há grandes diferenças de capacidade entre as regiões e as províncias dentro dum mesmo país. As medidas em matéria da governação em vários níveis podem aumentar a capacidade de as regiões africanas aplicarem políticas industriais. É necessário que as regiões invistam em capacidades institucionais para realizarem seu potencial de produção (OCDE, 2013: 134; BAD/OCDE/PNUD, 2015).

A coordenação vertical entre governos nacionais, regionais e locais pode preencher lacunas políticas. O governo central do Ruanda, por exemplo, acompanha e recompensa o desempenho do governo local. Alguns países usam organismos oficiais de coordenação para evitar lacunas políticas. Não obstante os governos locais não poderem substituir os nacionais, podem oferecer condições ao crescimento das empresas locais, mesmo em países sem estratégias nacionais sólidas. Num ambiente de fragilidade ou conflito, por exemplo, as autoridades locais podem, muitas vezes, abordar certas necessidades básicas do setor privado de forma mais direta do que as agências nacionais.

Alguns países estão a desenvolver “regiões funcionais” por meio de estruturas de governação em vários níveis. Estas melhoram a coordenação ao fazer face a desafios partilhados além dos limites administrativos, especialmente em áreas metropolitanas. A Côte d’Ivoire, por exemplo, desenvolveu a região metropolitana da Grande Abidjã; o Gana está a desenvolver um sistema de planeamento metropolitano integrado em todas as jurisdições ao redor de Acra; Marrocos criou a nova região de Casablanca-Settat em 2015; e o Togo estabeleceu a área da Grande Lomé.

A região de Gauteng, na África do Sul, coordena as áreas urbanas em torno de Joanesburgo, Pretória e Midrand. Serve-se de métodos de co-financiamento e desenvolveu projetos comuns, tais como o Gautrain Rapid Rail Link, a Dinokeng Tourism Area e a City Deep Logistics Hub (Ronderos, 2016). No entanto, vários destes casos de cooperação horizontal são novos e podem ser melhorados.

O desenvolvimento territorial pode reforçar a política industrial. Na África do Sul, por exemplo, os governos locais podem mobilizar políticas industriais e de inovação, nomeadamente aumentando a receita local. Na Etiópia, os distritos governamentais locais (woredas) fornecem educação, cuidados de saúde, um sistema de justiça, uma força policial e infraestruturas, tais como estradas e rede de drenagem, embora os seus recursos



dependam em larga medida de subvenções do governo federal. Marrocos fez uso de ZEE de forma a industrializar determinadas regiões. As experiências dos países latino-americanos mostram que os governos subnacionais podem promover start-ups (Caixa 7.3).

Caixa 7.3. Promover start-ups e desenvolvimento territorial: Exemplos da América Latina

Recentemente, os países da América Latina têm promovido *start-ups* através: i) do reforço do quadro institucional para as apoiar; ii) da prioridade dada à inclusão social e regional fora da capital nas políticas favoráveis às *start-up*; e iii) da modernização dos instrumentos de apoio e das intervenções personalizadas em todos os estados de desenvolvimento empresarial (isto é, lançamento, arranque, crescimento e expansão).

Desde o lançamento do Start-Up Chile em 2010, o Chile tem integrado o empreendedorismo na estratégia nacional de produção-transformação, dando prioridade à retenção de talentos e empresas. O Chile também promoveu a criação de *start-ups* fora de Santiago e de empresas que oferecem soluções inovadoras para os problemas sociais nos setores estratégicos do país (por exemplo, exploração mineira inteligente, a indústria alimentar e a engenharia). O país introduziu mecanismos mais flexíveis adaptados às *start-ups*, tais como espaços de trabalho colaborativos e redes de aconselhamento. Também simplificou os regulamentos para que o registo de uma empresa demore apenas um dia.

Em 2012, a Colômbia criou uma agência especial, iNNpulsa Colombia, para apoiar as *start-ups*. Atualmente, a Colômbia está a introduzir um regime de cupões para conceder às novas empresas acesso a financiamento e a serviços por parte das organizações intermediárias acreditadas. O governo incentiva as instituições financeiras a investir em *start-ups* em todas as fases do seu desenvolvimento e os governos locais promovem a criação de *start-ups* através de parcerias público-privadas. As cidades de Bogotá e Medellín têm verificado um rápido crescimento no número de *start-ups*.

Fonte: OCDE (2016a).

A integração regional é outra forma de cooperação entre os governos que, mediante as condições certas, pode apoiar a industrialização. O Southern Africa Power Pool, que representa a maioria do comércio de eletricidade na África subsariana e a Senegal River Basin Development Authority constituem exemplos de cooperação regional no sector da energia. Os projetos de infraestruturas regionais também podem complementar as políticas industriais nacionais, tais como o corredor de desenvolvimento de Maputo, que liga a região de Gauteng, na África do Sul, ao porto de águas profundas de Moçambique, em Maputo. No entanto, a integração regional pode trazer efeitos colaterais, tais como um excesso de pressão da concorrência sobre determinadas regiões. As políticas devem planear e gerir os efeitos colaterais negativos em concertação com os atores locais (BAD/OCDE/PNUD, 2015: 180-181).

As políticas industriais eficazes dependem das capacidades dos governos

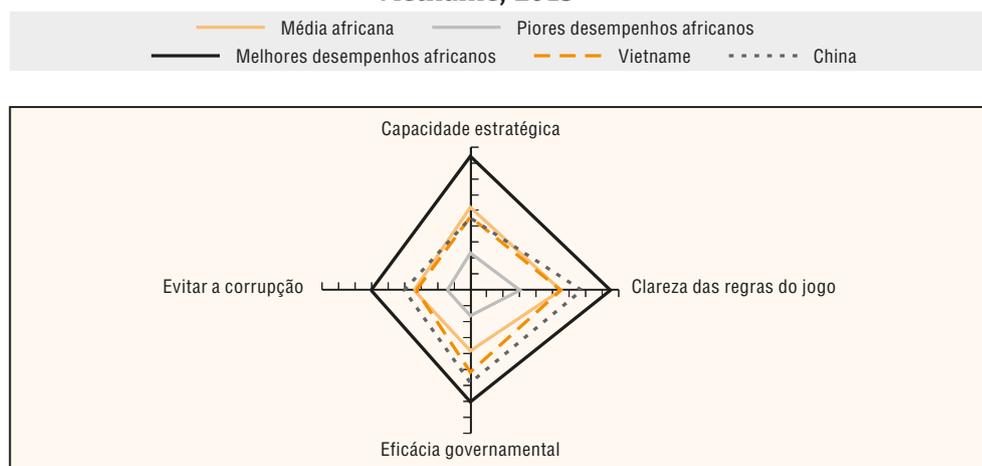
Os governos precisam de certas capacidades para gerir de forma eficaz as políticas industriais (Altenburg e Lütkenhorst, 2015: 52-53):

1. **Capacidade estratégica:** para conceber políticas conducentes ao crescimento sustentável e inclusivo da produtividade
2. **Capacidade de estabelecer regras claras:** para fixar regras transparentes de concorrência com base no mercado que i) facilitem a aplicação de contratos para as empresas e a fácil entrada ou saída destas do mercado; e ii) forneçam salvaguardas contra os monopólios e os cartéis

3. **Capacidade de prestar serviços de forma eficaz:** identificar e prestar serviços necessários e que o mercado não oferece de forma transparente e sistemática
4. **Capacidade de evitar a corrupção:** eliminar proteções que apenas servem grupos especiais de interesse, mas não o interesse do público em geral, para defender sistemas de incentivo e garantir a responsabilização.

A Figura 7.2 mostra o desempenho dos governos africanos com base nessas capacidades de gestão de políticas, em comparação com a China e o Vietname. Em geral, os países africanos têm uma classificação mais favorável na sua capacidade estratégica e na estipulação de “clareza das regras do jogo”, ou seja, regras baseadas no mercado. Os países africanos de rendimento médio, como o Botswana, o Gana, as Maurícia e a África do Sul têm uma classificação alta nas quatro dimensões, melhor ainda do que os dois concorrentes asiáticos. Estes países parecem bem equipados para a implementação de políticas industriais. Nos países que não dispõem destas capacidades, as políticas industriais podem resultar numa distribuição inadequada dos recursos e no reforço do poder de grupos que apenas procuram rendas (Altenburg e Lütkenhorst, 2015: 96).

Figura 7.2. Capacidades de gestão de políticas industriais para África, China e Vietname, 2015



Nota: Os indicadores foram redimensionados para caberem numa escala de 0 (pior desempenho) a 10 (melhor desempenho). A média africana inclui os 36 países africanos que têm dados disponíveis nas quatro dimensões.

Fonte: Adaptado de Bertelsmann Stiftung (2016) *Transformation Index* para os índices de “Capacidade estratégica” e “Clareza das regras do jogo”; Banco Mundial (2015) *World Bank Worldwide Governance Indicators* para o índice de “Eficácia governamental”; Transparency International (2016) *Corruption Perception Index* para o índice de “Evitar a corrupção”.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475486>

Os governos podem gradualmente melhorar as suas capacidades facilitando a aprendizagem, como a Coreia do Sul e o Taiwan demonstram. Estes dois países iniciaram os seus esforços de industrialização na década de 1960, com poucas capacidades e governação imperfeita (Chang, 2007). Não obstante, os governos concentraram-se na construção progressiva de capacidades e aplicaram mecanismos de freios e contrapesos. Durante todo o processo de implementação das políticas industriais, a aptidão governamental de “aprender fazendo” foi acumulando conhecimentos e capacidades organizacionais. Melhoraram igualmente as competências imateriais dos decisores políticos, tais como capacidade de aprendizagem, gestão de projetos complexos e manutenção da coerência organizacional (UNECA, 2016).

Alguns países africanos fizeram progressos substanciais, embora reconhecendo alguns problemas na implementação. A Tanzânia, por exemplo, desenvolveu recentemente estratégias industriais eficazes (Balchin et al., 2016). Embora o governo admita inúmeros

problemas que impedem o progresso desde 2010 (Governo da Tanzânia, 2016), reconhecer as falhas ajuda a solucioná-las e a melhorar as políticas. Muitos outros governos africanos estão a usar a digitalização e as novas tecnologias para melhorar as suas capacidades, identificar barreiras e melhorar o desempenho da prestação de serviço (ver Capítulo 5).

O acompanhamento das políticas e a avaliação de impacto são as chaves para o sucesso das estratégias de industrialização

A avaliação das políticas industriais é crucial para melhorar a eficácia política (Newman et al., 2016a; Stiglitz, Lin e Monga, 2013). Fazer o acompanhamento das políticas e avaliar o seu impacto é essencial para corrigir eventuais desajustes entre políticas complementares, incluindo as relacionadas com inovação, competências, financiamento e infraestruturas. Os países podem reforçar as suas capacidades institucionais de acompanhamento e avaliação melhorando a visibilidade e a rastreabilidade das suas estratégias. Por exemplo, na África do Sul, o Departamento de Comércio e Indústria (DTI) deve apresentar análises de implementação no médio prazo, que incluam resultados quantitativos e qualitativos. As análises avaliam o estado das metas estratégicas e setoriais, tais como o número de empresas beneficiárias, o número de postos de trabalho criados, a alocação de apoio governamental e alterações no quadro jurídico. O DTI também tem de comunicar ao parlamento, num relatório anual, os progressos do Industrial Policy Action Plan, reavaliando prioridades estratégicas e explicando potenciais novos desafios.

A avaliação de políticas pode ser melhorada em muitos países africanos. Poucos desenvolveram indicadores de desempenho mensuráveis, simples e significativos para a avaliação de políticas. Além disso, os países têm dificuldades na avaliação de políticas industriais uma vez que o seu impacto muitas vezes se alarga além do âmbito medido pelos indicadores. Os elevados custos da realização de inquéritos e análises, uma falta de compreensão da utilidade da conceção de políticas mais eficazes e a uma falta de empenho político podem impedir os governos de avaliar o impacto das políticas. A capacidade de acesso e troca de informações geradas por diferentes órgãos governamentais é fundamental para avaliar o impacto económico (OCDE, 2013: 139-40).

Estão a ser recolhidos novos dados para informar as opções políticas em África. Dados sobre a dinâmica empresarial, sobre os diversos tipos de empresário e sobre a sua potencial contribuição para o desenvolvimento, conforme descrito no Capítulo 6, poderiam servir para avaliar as políticas industriais. A Etiópia, o Quênia, Marrocos, a África do Sul e a Tanzânia realizaram inquéritos para melhor compreender a dinâmica de produção e inovação.

Os inquéritos a nível empresarial podem mostrar a heterogeneidade do comportamento das empresas e orientar melhor as políticas (Mayer e Ottaviano, 2007; Criscuolo et al., 2012). O Gana, a África do Sul e a Tunísia cada vez recolhem e analisam mais dados a nível empresarial. A disponibilidade de dados ao nível empresarial ainda é limitada em África, tal como na maioria das economias em desenvolvimento.

É essencial desenvolver infraestruturas estatísticas nos países para enfrentar este desafio de falta de dados de forma durável. Gerar estatísticas de alta qualidade disponibiliza as informações necessárias para a formulação de políticas eficazes. As agências nacionais de estatística podem desempenhar um papel fulcral enquanto geradoras de dados, em coordenação com os serviços administrativos. Os inquéritos às empresas podem fornecer as informações necessárias para a conceção de políticas, mas podem igualmente ser dispendiosos. As estatísticas relativas à estrutura das empresas e à sua dinâmica também são úteis. Os registos empresariais e de investimentos podem produzir esses dados, enquanto os dados administrativos e de inquéritos regulares podem completá-los. Várias iniciativas internacionais, tais como o Partnership in Statistics for

Development in the 21st Century (PARIS21) e o Working Group on Big Data da ONU, que visa o desenvolvimento sustentável, estão a trabalhar no sentido de melhorar a base estatística para avaliar os países em desenvolvimento.

Por último, embora as políticas industriais bem sucedidas devam ser específicas de cada país, partilham requisitos de implementação comuns.

- sólidas capacidades institucionais nacionais, aos níveis nacional e regional
- dados e a capacidade de processá-los, a fim de diagnosticar as tendências nacionais e estrangeiras
- recursos para a aplicação de políticas e a capacidade de os coordená-los em vários campos
- diálogo com o setor privado para construir parcerias e criar sinergias de investimento (OCDE, 2013: 240).

O Capítulo 8 examinará as restrições que vinculam os empresários e mostrar de que modo o enfoque das políticas nas competências, em clusters empresariais e no financiamento pode promover um empreendedorismo eficaz para a industrialização de África.



Anexo 7.A1. Impactos dos programas de empreendedorismo em África

A tabela abaixo reúne dados dos estudos efetuados sobre os impactos dos diversos programas de empreendedorismo em África. Foram selecionados dados de duas meta-análises, que incluíram 78 estudos quantitativos relativos ao empreendedorismo nos países em desenvolvimento (Grimm e Paffhausen, 2015; Honorati e Cho, 2013). Apenas foram selecionados os estudos que avaliam os impactos com base em conceções experimentais ou quase experimentais.

Tabela 7.A1.1. Impactos dos programas de empreendedorismo em África

País	Programa	Alvo	Visa mulheres	Impactos do programa	Fonte
África do Sul	Expansão do acesso ao crédito ao consumidor	Requerentes de empréstimo rejeitados marginalmente	Sim	Atividades do mercado de trabalho, rendimentos, consumo, bem-estar: positivos	Karlan e Zinman (2010)
Etiópia (rural)	Microcrédito de responsabilidade conjunta, combinado com um programa de planeamento familiar	Microempresários	Não	Criação empresarial: insignificante	Tarozzi, Desai e Johnson (2015)
Etiópia (Dire Dawa urbana)	Ativação do quadro jurídico e simplificação das condições regulamentares, bem como serviços de apoio	Microempresários	Não	Emprego: positivo	Eshetu, Ketema e Kassa (2013)
Gana	Subvenção em numerário ou em espécie	Proprietários de microempresas	Sim	Empresas de subsistência: Nenhuma Empresas maiores: aumento dos lucros	Fafchamps et al. (2014)
Gana	Formação empresarial	Proprietários de microempresas	Não	Lucros, gestão prática e receitas: positivos	Mano et al. (2011)
Madagáscar (urbano)	Empréstimos individuais de 1 ano com médias de EUR 500 para as microempresas urbanas e empréstimos de 2-3 anos com médias de 8 000 euros para as PME	Microempresários	Não	Emprego: insignificante	Gubert e Roubaud (2011)
Malawi	Acesso a contas bancárias: normais vs. conta com política de levantamentos restritos	Pequenos agricultores	Não	Poupança e investimento: positivos	Brune et al. (2016)
Malawi	Concessão de crédito para a adoção de tecnologia	Agricultores	Não	Contração de empréstimos: positiva	Gine e Yang (2009)
Malawi (nacional)	Aprendizagem profissional combinada com apoio empresarial e formação de competências para a vida e, nalguns casos, capital de arranque	Microempresários	Não	Criação empresarial: insignificante	Cho et al. (2012)
Marrocos (rural/semi-urbano)	Micro-crédito, de responsabilidade conjunta e de responsabilidade individual	Microempresários existentes	Não	Emprego: insignificante Criação empresarial: insignificante	Crepón et al. (2015)
Quênia	Acesso a contas bancárias que não oferecem juros	Vendedoras de mercado (mulheres) e condutores de bicicletas-táxi (homens)	Sim	Poupanças, investimento e despesas: positivos Horas trabalhadas: Nenhuma	Dupas e Robinson (2013)
Tanzânia	Formação empresarial e subvenções (numerário)	Clientes de microfinanciamento	Não	Vendas : positivas	Berge et al. (2011)
Tanzânia	Formação empresarial	Clientes de microfinanciamento e proprietários de microempresas	Não	Conhecimentos empresariais: positivos	Bjorvatn e Tungodden (2010)
Tunísia (nacional)	Educação para o empreendedorismo para graduados universitários	Jovens	Não	Criação empresarial: positiva	Premand et al. (2012)
Uganda (Região Norte)	Transferências em numerário quase incondicionais e sem supervisão para pagar a formação profissional, ferramentas e custos de arranque empresarial	Jovens pobres e sub-empregados que são microempresários	Não	Emprego entre os homens: significativo Emprego entre as mulheres: negativo	Blattman, Fiala e Martinez (2014)
Uganda (rural, urbano e semiurbano)	Formação empresarial e informações sobre sexo, reprodução e casamento	Raparigas de 14-20 anos que são microempresárias	Sim	Criação empresarial: positiva	Bandiera et al. (2015)
Zimbábwe (urbano)	Microcrédito de responsabilidade conjunta, acompanhado de uma sessão de orientação sobre as boas práticas de gestão empresarial e conselhos de gestão por parte de agentes de crédito	Microempresários	Não	Emprego: significativo	Barnes (2001)

Fonte: Adaptado de Grimm e Paffhausen (2015); Honorati e Cho (2013).

Notas

1. O inquérito aos especialistas do PEA recolhe respostas de economistas de países do BAD, da OCDE e do PNUD em gabinetes nacionais em África relativas às tendências observadas. As respostas são agregadas numa por país.
2. Ver em especial Lin e Stiglitz, 2013; Lin, 2012; Noman e Stiglitz, 2015; Newman et al., 2016a; UNECA, 2016; Altenburg e Lütkenhorst, 2015; Oqubay, 2015; Newman et al., 2016b; McMillan et al., 2016.
3. Por exemplo, desde 2003, a SME Development Policy da Tanzânia permitiu ao governo identificar limitações enfrentadas por pequenas empresas e oferecer soluções (Severino e Hajdenberg, 2016: 229-232).
4. Os contratos de desempenho no serviço civil podem ajudar, como mostrado no Quênia na década de 2000 e no Ruanda atualmente.

Bibliografia

- Altenburg, T. e W. Lütkenhorst (2015), *Industrial Policy in Developing Countries: Failing Markets, Weak States*, Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham, Reino Unido.
- BAD (2016a), *Industrialise Africa*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan,, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Brochure_Industrialiser_l_Afrique-En.pdf.
- BAD (2016b), *Bank Group Strategy for Jobs for Youth in Africa, 2016-2025*, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Boards-Documents/Bank_Group_Strategy_for_Jobs_for_Youth_in_Africa_2016-2025_Rev_2.pdf.
- BAD (2013), *Private Sector Development Policy of the African Development Bank Group*, ORVP Department, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/Private%20Sector%20Development%20Policy%20of%20the%20AfDB%20Group.pdf.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *PerspetivaseconómicasemÁfrica2016* (versão condensada): *Cidadessustentáveis e transformação estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264248649-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *PerspetivaseconómicasemÁfrica2015* (versão condensada): *Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt>.
- Balchin, N. et al. (2016), *Supporting the Preparation of Tanzania's Second Five Year Development Plan (FYDP II) 2016/17-2021/22*, Supporting Economic Transformation Programme, Overseas Development Institute, Londres.
- Baloy, B. (2012), "The political economy of South Africa industrial policy", *Expert Meeting on Sustaining Growth in a Context of Shifting Wealth: What Role for Industrial Policy?*, apresentação no Centro de Desenvolvimento da OCDE, maio, Paris.
- Banco Mundial (2016), *Doing Business 2017: Equal Opportunity for All*, Banco Mundial, Washington, DC, www.doingbusiness.org/~media/WBG/DoingBusiness/Documents/Annual-Reports/English/DB17-Report.pdf.
- Banco Mundial (2015), *World Bank Worldwide Governance Indicators*, <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=Worldwide-Governance-Indicators>.
- Bandiera, O. et al. (2015), "Empowering adolescent girls: Evidence from a randomized control trial in Uganda", <http://sticerd.lse.ac.uk/dps/eopp/eopp50.pdf>.
- Barnes, C. (2001), "Microfinance program clients and impact: An assessment of Zambuko Trust, Zimbabwe", *Assessing the Impact of Microenterprise Services*, Washington, DC.
- Berge, L. et al. (2011), "Human and financial capital for microenterprise development: Evidence from a field and lab experiment", www.dartmouth.edu/~neudc2012/docs/paper_173.pdf.
- Bertelsmann Stiftung (2016), *Transformation Index BTI 2016: Political Management in International Comparison*, Bertelsmann Stiftung.
- Bjorvatn, K. e B. Tungodden (2010), "Teaching business in Tanzania: Evaluating participation and performance", *Journal of the European Economic Association*, Vol. 8/2-3, pp. 561-570.
- Blattman, C., N. Fiala e S. Martinez (2014), "Generating skilled self-employment in developing countries: Experimental evidence from Uganda", *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 129/2, pp. 697-752.
- Brahmbhatt, M., C. Haddaoui e J. Page (no prelo), "Green industrialization and entrepreneurship in Africa", documento de apoio ao *PerspetivaseconómicasemÁfrica2017*.

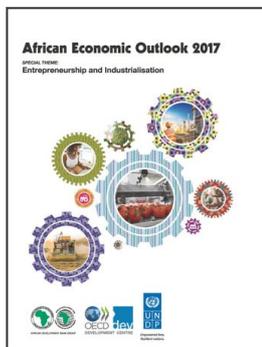


- Brune, L. et al. (2016), “Facilitating Savings for Agriculture: Field Experimental Evidence from Malawi”, *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 64/2, pp. 187-220.
- Chang, H.J. (2007), *The East Asian Development Experience: The Miracle, the Crisis and the Future*, Zed Books, Londres.
- Chaurey, R. e M. Mukim (2015), “Decentralization in Ethiopia: Who benefits?”, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.banquemondiale.org/curated/fr/601031467987875938/Decentralization-in-Ethiopia-Who-benefits>.
- Cho, Y. et al. (2012), “The effects of apprenticeship training for vulnerable youth in Malawi”, mimeo, Banco Mundial, Washington, DC.
- Crepón, B. et al. (2015), “Estimating the impact of microcredit on those who take it up: Evidence from a randomized experiment in Morocco”, *American Economic Journal: Applied Economics*, Vol. 7/1, pp. 123-150.
- Crisuolo, C. et al. (2012), “The causal effects of an industrial policy”, *NBER Working Paper*, No. 17842, National Bureau of Economic Research, Washington, DC, www.nber.org/papers/w17842.
- De Beer, J. et al. (ed.) (2014), *Innovation and Intellectual Property: Collaborative Dynamics in Africa*, UCT Press, IP Unit, Faculty of Law, University of Cape Town e Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, África do Sul.
- Dupas, P. e J. Robinson (2013), “Savings constraints and microenterprise development: Evidence from a field experiment in Kenya”, *American Economic Journal: Applied Economics*, Vol. 5/1, pp. 163-192.
- El Mokri, K. (2016), “Morocco’s 2014-2020 industrial strategy and its potential implications for the structural transformation process”, *Policy Brief*, OCP Policy Center, Rabat.
- Eshetu, T., M. Ketema e H. Kassa (2013), “Economic impact of support service program on micro and small enterprises: The case of Dire Dawa administration, Ethiopia”, *Agris On-line Papers in Economics and Informatics*, Vol. 5/1, pp. 21-29.
- Fafchamps, M. et al. (2014), “Microenterprise growth and the flypaper effect: Evidence from a randomized experiment in Ghana”, *Journal of Development Economics*, Vol. 106, pp. 211-226.
- Gine, X. e D. Yang (2009), “Insurance, credit, and technology adoption: Field experimental evidence from Malawi”, *Journal of Development Economics*, Vol. 89/1, pp. 1-11.
- Governo da Tanzânia (2016), *A Concept Note for the Preparation of FYDP II Implementation Strategy*, projeto, Tanzânia.
- Greenwald, B. e J.E.S. Stiglitz (2013), “Industrial policies, the creation of a learning society, and economic development”, *The Industrial Policy Revolution I*, Palgrave Macmillan, Londres, pp. 43-71.
- Grimm, M. e A.L. Paffhausena (2015), “Do interventions targeted at micro-entrepreneurs and small and medium-sized firms create jobs? A systematic review of the evidence for low and middle income countries”, *Labour Economics*, Vol. 32, Elsevier, pp. 67-85, <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2015.01.003>.
- Gubert, F. e F. Roubaud (2011), “The impact of microfinance loans on small informal enterprises in Madagascar: A panel data analysis”, *Social Protection Discussion Paper Series*, No. 77931, Banco Mundial, Washington, DC.
- Honorati, M. e Y. Cho (2013), “Entrepreneurship programs in developing countries: A meta regression analysis”, *Policy Research Working Paper*, No. 6402, Banco Mundial, Washington, DC.
- Karlan, D. e J. Zinman (2010), “Expanding credit access: Using randomized supply decisions to estimate the impacts”, *The Review of Financial Studies*, Vol. 23/1.
- KNPC (2017), “KNPC Achievements”, Kenya National Cleaner Production Centre, www.cpkenya.org/index.php?option=com_content&view=article&id=250&Itemid=362 (consultado em janeiro 2017).
- Lin, J.Y. (2012), *New Structural Economics*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://doi.org/10.1596/978-0-8213-8955-3>.
- Lin, J.Y. e C. Monga (2013), “Comparative advantage: The silver bullet of industrial policy”, *The Industrial Policy Revolution I: The Role of Government Beyond Ideology*, J.E.S. Stiglitz e J.Y. Lin (eds.), Palgrave Macmillan, Londres, pp. 19-38, http://doi.org/10.1057/9781137335173_2.
- Lin J.Y. e J.E.S. Stiglitz (ed.) (2013), *The Industrial Policy Revolution I: The Role of Government Beyond Ideology*, Palgrave Macmillan, Londres.
- Mano, Y. et al. (2011), “How can micro and small enterprises in sub-Saharan Africa become more productive? The impacts of experimental basic managerial training”, *Policy Research Working Paper*, No.5755, Banco Mundial, Washington, DC.
- Mayer, T. e G. Ottaviano (2007), “The happy few: The internationalisation of European firms: New facts based on firm-level evidence”, *Bruegel Blueprint Series*, Vol. 3, Bruxelas, http://bruegel.org/wp-content/uploads/imported/publications/BP_Nov2008_The_happy_few.pdf.

- McMillan, M. et al. (2016), “Supporting economic transformation: An approach paper”, <http://set.odi.org>.
- Morris, M., C. Staritz e J. Barnes (2011), “Value chain dynamics, local embeddedness, and upgrading in the clothing sectors of Lesotho and Swaziland”, *International Journal of Technological Learning, Innovation and Development*, Vol. 4, No. 1, pp. 96-119.
- Naudé, W. (no prelo), “Entrepreneurship and new industrialisation in Africa”, documento de apoio ao *Perspetivas económicas em África 2017*.
- Newman, C. et al. (2016a), *Manufacturing Transformation: Comparative Studies of Industrial Development in Africa and Emerging Asia*, Oxford University Press, Oxford.
- Newman, C. et al. (2016b), *Made in Africa: Learning to Compete in Industry*, Brookings Institution Press, Washington, DC.
- Noman, A. e J.E. Stiglitz (2015), *Industrial Policy and Economic Transformation in Africa*, Columbia University Press, Nova Iorque.
- OCDE (no prelo), *Examen multidimensionnel du Maroc : Volume 1. Évaluation initiale*, Publicações OCDE, Paris.
- OCDE (2016a), *Start-up Latin America 2016: Building an Innovative Future*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264265660-en>.
- OCDE (2016b), *Job Creation and Local Economic Development 2016*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264261976-en>.
- OCDE (2013), *Perspectives on Global Development 2013: Industrial Policies in a Changing World*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/persp_glob_dev-2013-en.
- Oqubay, A. (2015), *Made in Africa: Industrial Policy in Ethiopia*, Oxford University Press, Nova Iorque.
- Oxford Business Group (2015), *The Report: Morocco 2015*, Oxford, Reino Unido, Palgrave Macmillan, Nova Iorque.
- Premand, P. et al. (2012), “Entrepreneurship training and self-employment among university graduates: Evidence from a randomized trial in Tunisia”, *IZA Discussion Paper*, No. 7079.
- Rodrik, D. (2004), “Industrial policy for the twenty-first century”, *KSG Working Paper*, No. RWP04-047.
- Ronderos, N. (2016), “A 4th level of government in Africa? Multi-level governance and metropolitan urbanisation”, blogue *Development Matters* da OCDE, <https://oecd-development-matters.org/2016/10/25/a-4th-level-of-government-in-africa-multi-level-governance-and-metropolitan-urbanisation/>.
- Roy, R. (2016), “The cost of air pollution in Africa”, *OECD Development Centre Working Papers*, No. 333, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5jlqzq77x6f8-en>.
- Severino, J.M. E J. Hajdenberg (2016), *Entreprenante Afrique*, Odile Jacob, Paris.
- Stiglitz, J.E.S., J.Y. Lin e C. Monga (2013), “The rejuvenation of industrial policy”, *Policy Research Working Paper*, No. 6628, Banco Mundial, Washington, DC, <https://doi.org/10.1596/1813-9450-6628>.
- Stiglitz, J.E.S., J.Y. Lin e E. Patel (ed.) (2013), *The Industrial Policy Revolution II: Africa in the 21st Century*, Tarozzi, A., J. Desai e K. Johnson (2015), “The Impacts of Microcredit: Evidence from Ethiopia”, Transparency International (2016), *Corruption Perceptions Index 2016* (base de dados), www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016#table.
- UNECA (2016), *Transformative Industrial Policy for Africa*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, www.oxfordbusinessgroup.com/morocco-2015.
- Zalk, N. (2012), “South African post-apartheid policies towards industrialisation: Tentative implications for other African countries”, in A. Noman et al. (ed.), *Good Growth and Governance in Africa: Rethinking Development Strategies*, pp. 345-371, Oxford University Press, Oxford, Reino Unido.







From:
African Economic Outlook 2017
Entrepreneurship and Industrialisation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2017-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), “Criar, executar e avaliar as estratégias de industrialização africanas”, in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-10-pt>

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.